

## **O PAPEL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA EMANCIPAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES EM CONFRESA - MT**

Sebastiana Nascimento da Silva Primo<sup>1</sup>

**Resumo:** A educação de jovens e adultos (EJA) vivenciou diferentes momentos e diferentes momentos históricos, processos de industrialização, implementação de políticas capitalistas, que reproduziram a ideologia política dominante por meio da escola. Portanto, nem todos desfrutam desse direito igualmente, para mitigar esse problema, é imprescindível monitorar a implementação das políticas nacionais. A análise bibliográfica e a pesquisa documental são as ferramentas que orientam esta reflexão, a metodologia inicia com pesquisa para problematizar o assunto, o que mostrou que a educação do campo tem um desenvolvimento histórico relevante. E, análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Tancredo Neves na cidade de Confresa – MT. Segundo alguns educadores, o desenvolvimento do país é prejudicado pela falta de uma política nacional específica de educação do campo. Programas profissionalizantes e de inclusão são implementados para compensar os danos causados à parcela da população que não pôde estudar na idade considerada certa. Porém, é necessário pensar nos objetivos dessa formação, se está voltada para desenvolver indivíduos críticos ou, simplesmente, para o mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Educação no campo; Políticas públicas; Emancipação.

**Abstract:** Youth and adult education (EJA) experienced different moments and different historical moments, industrialization processes, implementation of capitalist policies, which reproduced the dominant political ideology through the school. Therefore, not everyone enjoys this right equally, to mitigate this problem, it is essential to monitor the implementation of national policies. Bibliographical analysis and documentary research are the tools that guide this reflection, the methodology starts with research to problematize the subject, which showed that rural education has a relevant historical development. And, analysis of the Pedagogical Political Project (PPP) of the Tancredo Neves Municipal School in the city of Confresa - MT. According to some educators, the country's development is hampered by the lack of a specific national policy for rural education. Vocational and inclusion programs are implemented to compensate for the damage caused to the portion of the population that was unable to study at the age considered right. However, it is necessary to think about the objectives of this training, whether it is aimed at developing critical individuals or, simply, at the job market.

**Keywords:** Rural Education; Public Policy; Emancipation.

---

<sup>1</sup> Graduação em Pedagogia – UNEMAT/2009; Graduação em Letras, FIC/2013; Especialização em Psicopedagogia Educacional, FAPAF/2011; Especialização em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar, FAPAF/2011; Especialização Integrada à Educação de Jovens e Adultos, IFMT/2012; Mestrado em Educação, UNESA/2016.

## INTRODUÇÃO

A educação de jovens e adultos (EJA) é caracterizada por diferentes contextos na história da humanidade como a industrialização e os negócios advindo do surgimento do capitalismo. A educação passou por grandes transformações e ajustes na política educacional para reproduzir a ideologia comercial dominante que provou excluir e reproduzir essa exclusão social. Para Saviani (2005) a escola parece ser um antídoto para a ignorância, portanto, um meio de equalizar o problema. Sua missão é a divulgação da educação, a transmissão de informações coletadas e logicamente sistematizadas pela humanidade.

A EJA demonstra uma realidade bastante complicada que não deve ser vista somente como concretizadora do currículo, mas precisa-se considerar os desafios a serem enfrentados para engajar a escola em atividades que levem a cumprir sua missão. As instituições escolares necessitam cumprir sua finalidade social de oferecer educação da melhor qualidade a todos. De acordo com Ferreira (2001) a vida futura de cada indivíduo depende de uma boa e sólida preparação dos docentes e da gestão escolar. A boa ou má educação tem um impacto significativo as oportunidades sociais e na obtenção da cidadania. É a importância dessa educação que, historicamente, tanto se lutou.

Neste sentido, é preciso retornar à essência da emancipação humana a fim de compreender quais os verdadeiros objetivos dessas medidas do governo que prometem emancipar, mas apenas incluem os indivíduos em uma comunidade desigual. As dificuldades vividas pelos moradores do campo evidenciam essa distinção entre o ato de dar autonomia (emancipar) e apenas incluí-las em programas governamentais de bolsas e/ou auxílios às famílias carentes.

### **Fundamento e conceito sobre emancipação**

Com o Iluminismo nas aspirações filosóficas do alemão Immanuel Kant, pensa-se em emancipação social além da religião e da ignorância. Desde a Revolução Francesa (1789), a sociedade moderna interpreta a independência como aquela em que o sujeito usa a coerência para superar o senso comum, o conformismo e o preconceito para criar o conhecimento científico tem como finalidade controle e mensuração a realidade.

Com base em um contrato social independente do estado e o sujeito autônomo, não teve sucesso, apenas numa emancipação no nível político. Na visão de Marx (1987) o indivíduo

precisava do respeito aos seus direitos fundamentais e às garantias de liberdade e igualdade, que representam reservas para o individualismo, não para a emancipação humana. Segundo o autor a emancipação do homem só é alcançada quando reconhece e organiza e separa a força social de si mesmo na forma de força política.

Seguindo a vertente de outra teoria crítica, Theodor Adorno (2003) retoma essa discussão acerca da emancipação e relaciona-a a educação. O autor afirma que a proposta de Kant sobre o esclarecimento permanece, afinal, a concepção de um indivíduo livre e autônomo racionalmente deve ser fruto de uma sociedade democrática. Neste sentido, a proposta de Adorno (2003) é a superação de uma visão idealista e individualizadora da emancipação (que visa a autonomia apenas de uma pessoa) para que toda a sociedade construa coletivamente esse conhecimento, que superará a instrumentalidade e a fragmentação científica, ultrapassando, assim, os limites dos meios de dominação que alienam a coletividade.

Quando se pensa em uma filosofia que apresenta a necessidade de tornar as pessoas mais esclarecidas para se ter uma sociedade emancipada, deve-se mencionar, então, Paulo Freire (1991) que, envolvendo-se com a educação latino-americana, estabelece sua teoria pedagógica em valores humanistas, sobre uma perspectiva de transformação da sociedade.

Como o homem é o responsável pela construção de sua história de vida, aqueles com menores condições, oprimidos, na coletividade, caso se organizem, podem, por meio do desvelamento crítico de suas realidades, tornar suas existências efetivas ao libertarem-se da opressão. -E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores! (FREIRE, 1991)

Entende-se que os estudiosos não têm o mesmo entendimento teórico, mas considera-se a inserção de teorias para abrir caminho para uma fundamentação aceitável para uma educação emancipatória.

Freire (1998) refere-se a globalização e as políticas neoliberais que suprimem parcelas da população voltadas para a realização dos ideais do capitalismo. Sendo assim, não poderia exercer liberdade de fazer algo, questionar, trilhar, operar, criticar, a liberdade dos outros de fazer e ser. Por isso, não se pode usar livremente o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que leva milhares de pessoas ao desespero. Acrescentamos que não se trata de impedir a pesquisa e limitar o progresso, mas de servir a todos.

Portanto, quando pensamos em educação voltada para a emancipação humana, devemos pensar no processo de globalização, onde seja viável um projeto social que respeite a dignidade humana, as culturas locais e o multiculturalismo.

## **A crise na sociedade contemporânea e a EJA**

O processo de industrialização, mudança social e tecnológica, do capitalismo no século XX, valorizou o capital, por meio, da acumulação no modelo fordista. Esse domínio, esgotou a probabilidade do crescimento sustentável e operou no âmbito de uma perspectiva expansionista desigual no desenvolvimento econômico.

De acordo com Frigotto (2006) a natureza estrutural das relações sociais do sistema capitalista é a mesma em todo o mundo. No entanto, devido às contradições internas e à luta intra e interclasse e divisões de classe, o capitalismo passou adquirir características específicas e configurações diferentes em determinadas formações histórico-sociais. Assim, a desigualdade entre os países dos hemisférios norte e sul, ou do capitalismo central e do periférico, é uma expressão das relações de poder capitalistas e das lutas anticapitalistas.

Como maximização do lucro dos valores de capital no processo de mais-valia, tenta absorver o maior excedente possível de trabalho dos meios de produção (MARX, 1983) está finalidade não será alcançada devido os valores que diminui, causando instabilidade social. Na sociedade moderna, há mudanças nas formas de produção e acumulação, a expansão do neoliberalismo e as ideologias da globalização, que mudaram, fundamentalmente, a vida do trabalho e o papel do Estado. (VENTURA, 2008).

[...] na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (MARX, 1983. p. 28).

Como a população da EJA é repleta de trabalhadores, é importante enfatizar os aspectos econômicos, políticos e culturais relacionados ao trabalho, para assim compreender a educação dos jovens e adultos no Brasil. O capitalismo expandiu até a década de 70, quando começou a declinar devido ao fortalecimento de seu sistema industrial e competitividade internacional. A difusão das novas tecnologias ajudou a difundir a ideia da necessidade de um trabalhador flexível e sempre pronto a adaptar-se a novos contextos, mudanças e incertezas na vida profissional ou no desemprego. (VENTURA, 2008)

Neste contexto, os reflexos das transformações e da crise na forma de produção

capitalista são examinados, especialmente, por meio do papel da escola. Para entender, como acontece essa reprodução na escola, Bourdieu(1982) explica que a sociedade burguesa, apresenta sua cultura a classes menos favorecidas como se fosse a única e legítima cultura, ao mesmo tempo, em que mostra que não lhes pertencem.

[...] numa sociedade em que a obtenção dos privilégios sociais depende cada vez mais estreitamente da posse de títulos escolares, a escola tem apenas por função assegurar a sucessão discreta à direitos de burguesia que não poderiam mais se transmitir de uma maneira direta e declarada. Instrumento privilegiado da sociedade burguesa que confere aos privilegiados o privilégio supremo de não aparecer como privilegiados, ela consegue tanto mais facilmente convencer os deserdados que eles devem seu destino escolar e social à sua ausência de dons ou de méritos, quanto em matéria de cultura à absoluta privação de posse exclui a consciência da privação de posse. (BOURDIEU, 1982, p. 218).

A educação à margem neoliberal é apresentada como fonte do crescimento econômico, ferramenta para a concretização da democracia e saída para a desigualdade social, causada pela estrutura contraditória e irreparável do capitalismo (FRERES et. al. 2008).

O acesso à informação, no avanço da globalização, em nossa sociedade, é desigual e seletivo, mas parece atrair o respeito a diversidades culturais pela existência de uma necessidade de democratizar o acesso à informação, por meio, de diversos tipos de cursos no mercado educacional. E, pela submissão dos objetivos da educação escolar a um esforço individual contínuo para adequar às mudanças nas condições de vida e de trabalho. (GOMES et. al. 2014).

Nesta perspectiva do capitalismo, a escola precisa trilhar paralelamente a globalização da economia, da cultura, da educação, da informação, conforme Pereira (2001, p.2):

[..] a preocupação maior gira em torno da educação e como a informação pode contribuir para o desenvolvimento do conhecimento. A educação deve caminhar paralelamente ao desenvolvimento das tecnologias utilizando-se das mesmas para aplicar de maneira mais rápida e precisa o conhecimento científico e aplicado, buscando solucionar os problemas de aprendizagem humana. As tecnologias agem diretamente no perfil de nossos educadores e educandos, globalizando o conhecimento e a informação que deixam de ser individuais e passam a ser coletivos.

Assim, fica claro que o próprio capitalismo garantiu a globalização, a implementação de políticas neoliberais, a ampliação da desigualdade e da exclusão social.

O neoliberalismo leva, portanto, ao desarranjo social e à instabilidade econômica, acabando com as garantias e direitos dos trabalhadores e a privatização dos serviços públicos o que pode leva ao enfraquecimento do trabalhador. Os alunos da EJA são compostos por pessoas

que trabalham nesse contexto, desempregados, autônomos e em outras situações de trabalho. Nesse campo, o trabalho não está apenas relacionado ao salário, mas aparece como um direito. Por isso é importante compreender a educação do trabalhador. (FRIGOTTO, 2001).

A educação tem contribuído para a reprodução de massa e mão de obra para o mercado de trabalho na sociedade capitalista. Os jovens de classe baixa, caracterizados pela desigualdade social, ingressam no mercado de trabalho muito cedo, sem sequer concluir o ensino fundamental. A EJA é amplamente composta por jovens e adultos trabalhadores que têm violado seu direito à educação, conforme aponta Antunes,

Ela [classe trabalhadora] compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos. Incorpora também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. [...] A classe trabalhadora atual também engloba o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital, de que são exemplos os assalariados das regiões agro-industriais. Incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, *part-time*, fabril e de serviços, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário e pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. (ANTUNES, 2003, p. 236)

Segundo Frigotto (2010), o conceito de capital humano, dos anos 1950 a 1980, a sociedade da informação e as habilidades de trabalho formam uma ferramenta ideológica que justifica a desigualdade.

Frigotto (2001) considera que a lei brasileira de formação profissional reflete um debate ideológico, em favor do capital e colabora para o aumento do desemprego juvenil. Nessa perspectiva, busca-se a educação, moradia e o acolhimento. A educação repete a ideologia do plano socioeconômico do país, preparando o indivíduo para o mercado de trabalho. Capital e trabalho dependem profundamente do mercado para sua reprodução, os trabalhadores vendem sua força por meio do trabalho para se sustentar. Este sistema funciona através da produção e do lucro.

Nesse contexto, a EJA foi introduzida no Brasil, e fazem parte as populações da classe trabalhadora, para se adequar a um mercado de trabalho exigente e competitivo. Segundo Baptista (2011), as políticas educacionais para esse público quase sempre foram assistencialistas. Mesmo o sistema de governo, com suas ideologias de mudanças estruturais, não conseguiu administrar políticas efetivas nessa área. Assim, para entender as questões que compõem a educação de jovens e adultos, é fundamental entender a política da EJA no modelo capitalista neoliberal brasileiro e a complexidade de sua categoria.

### **A EJA e suas possíveis contribuições à emancipação humana**

Diante da era do conhecimento e informação não se pode conceber a educação desvinculada da existência dos sujeitos enquanto seres sociais. Segundo Durkheim (1975), a sociedade é o fator determinante e requer que o sujeito se adeque, plenamente as suas finalidades. A educação é a ferramenta mais importante para essa adaptação. Este processo é um visa acabar completamente o que poderia haver de individualidade e criatividade e criar uma nova forma de ver o mundo, por meios de externos ao sujeito.

Defende, portanto, a educação ideal Durkheim (1975), afirma que se o sujeito começa a se perguntar o que deveria ser uma educação ideal, separando-se tempo e lugar, assumi implicitamente que não há nada de real nos próprios sistemas educacionais. Não enxergar o conjunto de atividades e instituições sociais que a educação expressa ou reflete; estas instituições, que, portanto, só podem ser alteradas de acordo com a estrutura da sociedade.

A educação é entendida como a produção de conhecimento, sendo que, o indivíduo é capaz de desenvolver ideias, atitudes e uma variedade de conceitos. Nesse processo, as mudanças ocorrem por meio do trabalho, que é a atividade essencial do ser humano que o separa dos demais animais. (SAVIANI; DUARTE, 2012).

Para Saviani, a escola é vista como meio de aquisição de conhecimento e pode ajudar a acabar com a seletividade e a exclusão social, e é esses fatores que deve ser levado em consideração para eliminar as diferenças óbvias na escola.

Segundo Brandão (1984), as sociedades se constroem a partir da preservação dos costumes de um determinado grupo, processo pelo qual um indivíduo adquire determinadas características culturais para se tornar uma "pessoa" onde educação faz parte desse processo. A educação é uma prática que visa desenvolver dentre os saberes que existem na cultura, a formação de um sujeito. Isso de acordo com as necessidades e demandas de sua sociedade no momento de sua própria história e desenvolvimento.

Portanto, no estado atual de desenvolvimento dos processos da EJA, com o apoio do Estado e dos processos de leitura-escrita, não pode confirmar ou garantir conseguiu oportunizar todas essas transformações na sociedade. No entanto, é preciso imaginar e planejar uma sociedade onde emancipação seja viável, desde que haja um projeto educacional universal que vise mudanças.

Em nome da educação, é preciso enfrentar as dificuldades que atormentam a sociedade. O desafio é sem dúvida a elaboração de projetos tangíveis para a superação dialética dos processos socioculturais desumanizadores. E, também, a instauração de ideias filosófico-

científicas que sejam capazes de direcionar o projeto emancipatório da sociedade (ZITKOSKI, 2003).

De acordo com Zitkoski (2003) por outro lado, a educação propicia a emancipação da sociedade, portanto, é necessário superar o caminho dialético, e que o próprio indivíduo reflita sobre as situações que o excluiu, para poder superá-las. Desta forma, buscar uma sociedade emancipada que assegure a educação básica, como na EJA. Contudo, deve-se considerar a diversidade cultural, ter compreensão das possibilidades e limites das atitudes emancipatórias que popularizam a educação, inseridas nos movimentos sociais.

Por este viés, para debater sobre a EJA, especificamente a do campo, precisa-se considerar sua dinamicidade, que remete à reflexão acerca das condições precárias da educação, que produzem não apenas um ensino de qualidade precária, mas também e concomitantemente exclui o trabalhador da escola em sua época normal, gerando, desta forma, um número expressivo de jovens e adultos que não tiveram acesso mínimo à escola para concluir seus estudos em sua infância e adolescência. Realizando uma revisão histórica e comparativa da educação entre os jovens e adultos do campo e da cidade, há um quadro expressivo de exclusão e marginalização, confirmando uma realidade marginalizada e desfavorecida à população camponesa.

### **Um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**

A educação de Jovens e Adultos, começou no início do Brasil colônia, quando os jesuítas acreditavam que para converter os indígenas precisariam, que soubessem ler e escrever. Para Souza (2007) a partir deste cenário, verificou-se a relevância da alfabetização e catequização na vida dos adultos, para a igreja católica uma das instituição-mor da época, como também para o trabalho. Para Gadotti (1982, p. 53) no contexto brasileiro:

[...] A pedagogia do colonizador forma gente submissa, obediente ao autoritarismo do colonizador. Nessa pedagogia, o educador tem por função policial a educação para que não se desvie da ideologia do dominador.

Nesse contexto, os Jesuítas achavam que as pregações da fé católica, juntamente, com o trabalho educativo, poderiam abrir novas entradas para os colonizadores. Assim, ensinando as primeiras letras, ensinariam a doutrina católica e os costumes europeus. Haddad e Di Pierro também afirmam em suas falas que,



[...]a ação educativa junto a adolescentes e adultos no Brasil não é nova. Sabe-se que já no período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com adultos. Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos[...] (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p.108-109)

Com a expulsão dos jesuítas, no século XVIII, aconteceu uma grande desorganização na educação. O estado passou a legislar sobre o ensino no Brasil, com novas intervenções sobre a educação de jovens e adultos na época do Império, foram abertas instituições escolares noturnas. Porém, estas tinham baixa qualidade de ensino e eram de curta duração.

Soares (1996) afirma que a constituição de 1824, permitia a todos os indivíduos a instrução primária gratuita. No entanto, essa titularidade de cidadania tinha uma limitação, era permitida somente as pessoas livres saídas das elites que viriam a ocupar algum tipo de cargo na burocracia imperial ou no exercício de cargos políticas.

Entretanto na década de 1930, a educação básica de adultos, estabeleceu seu lugar de fato no Brasil. A sociedade brasileira passava por grandes mudanças associadas ao processo de industrialização e a concentração da população rural nos centros urbanos. Nesse período, a oferta do ensino básico gratuito crescia consideravelmente, atendendo setores sociais cada vez mais diversificados (RIBEIRO, 2001)

Como declara Gadotti; Romão (2005),

[...]educação de Jovens e Adultos viveu um processo de amadurecimento que veio transformando a compreensão que dela tínhamos poucos anos atrás. A Educação de Jovens e Adultos é melhor percebida quando a situamos hoje como Educação Popular (GADOTTI; ROMÃO, 2005, p.15)

Nesse cenário de mudança social, que a educação de adultos ganhou forças, com a intenção de atender necessidades do processo de industrialização, porém, não tinha como objetivo de despertar a consciência crítica do indivíduo. A constituição de 1934, estabeleceu o Plano Nacional de Educação – PNE, que regulamenta como dever do Estado o ensino primário, integral e gratuito, inclusive para os adultos.

No começo dos anos 60, foi onde a EJA teve seu marco histórico com grandes movimentos da sociedade na busca de reformas de base, foi quando surgiu uma nova concepção de pedagogias de alfabetização voltada, em Paulo Freire.

Em 1963, Paulo Freire, foi designado a desenvolver um programa nacional de alfabetização de jovens e adultos, porém não houve tempo para que seu projeto acontecesse

devido ao golpe militar em 1964 (BRANDÃO,1981). Em 1967, o governo cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, para todos os analfabetos de 15 a 30 anos de idade um programa tradicional e conservador. Entretanto, foi extinto em 1985.

[...]O MOBRAL concebe a educação como investimento, como preparação de mão-de-obra para o desenvolvimento inquestionável, isto é, como estava sendo concebido pelo Modelo de Brasileiro de Desenvolvimento. Assim sendo, o que tem de fazer é realmente usar esse método antidialógico, que em nenhum momento possibilita a horizontalidade com o MOBRAL/CENTRAL de onde emanam os objetivos a serem atingidos[...]. (JANNUZZI, 1987, p.65).

Promulgada, em 1988, a nova constituição onde passa garantir o ensino fundamental e gratuito para todos. Nos anos 90, surgiu a lei de diretrizes de bases da educação nacional (LDB 9.394/96) que afirma nº, Art. 37.que a educação de jovens e adultos será atribuída a todos àqueles que não tiveram oportunidade ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. (BRASIL, 1996).

### **Caracterização da Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Tancredo Neves em Confresa - Mato Grosso**

A política de Estado não levou em conta a luta dos trabalhadores rurais organizados pelos movimentos sociais durante anos. Nos anos 80, ficou difícil pensar em tal política de educação rural sem os indivíduos. No entanto, os movimentos sociais pelo surgiram os debates relacionados a ações sobre à educação de jovens e adultos do campo em todas as esferas governamentais.

A estrutura educacional de jovens e adultos, não deve ser vista apenas como assistencialista ou imediatista, precisa pensar também no mercado de trabalho que poderá ingressar. É importante a transferência de profissionais capacitados para ministrar aulas e administrar o funcionamento da escola. Assim, a política pública, voltada para a EJA no meio rural, deve estar bem fundamentada na realidade social, cultural e histórica da comunidade.

Os crescimentos rurais têm encontrado obstáculos, que devem ser superados desenvolvendo métodos eficazes para paralisar os efeitos desfavoráveis da globalização econômica, que reflete diretamente na educação. O analfabetismo é um desses sintomas que atinge o avanço e o progresso sustentável no campo.

A vulnerabilidade das políticas públicas e a desresponsabilização pela sua implementação representa a interrupção das atividades e a muitas vezes má qualidade dos

serviços prestados. Com relação à educação do campo, Furtado (2004) afirma que contém uma realidade histórica diversa que inclui práticas da vida rural. Onde moram, costumeiramente, agricultores, extrativistas, caçadores, ribeirinhos e pescadores, indígenas, criadores e agricultores, que lutam por uma política nacional que garanta o direito à educação.

Esta afirmação mostra a necessidade de uma educação integral, que se concentre na realidade social e rural dos indivíduos que lá vivem. Porém, a educação no meio rural foi desenvolvida com o intuito de sanar uma dívida pública, que não ofereceu uma educação oportuna que alcançasse a população rural. Conforme aponta Soares (2002) a EJA representa uma dívida social, irreparável para com aqueles que não tiveram acesso, a escrita e a leitura dentro ou fora da escola. Não ter esse acesso, é uma perda de um meio importante para fazer parte da vida social contemporânea.

Cidade de Confresa no Mato Grosso foi emancipada, em 1993, e não tinha estrutura para atender as escolas, devido aos poucos recursos pedagógicos, e a merenda ficavam nas casas dos docentes, que também trabalhavam como cozinheiras e faxineiras. A implantação da EJA na Escola Municipal Tancredo Neves, teve seu início, em 2000, e até 2001, a rede municipal oferecia a EJA na educação básica das escolas do campo, sendo assim, numa parceria conjunta com a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso e escolas municipais, o município cedeu infraestrutura para o desenvolvimento do ensino médio EJA. A procura e oferta de vagas de EJA tem aumentado na comunidade Confresa, principalmente, na referida escola.

### **Limites, desafios e perspectivas**

A Escola Municipal Tancredo Neves, se localiza na zona rural, o sinal de internet móvel (3G) depende da cobertura das redes operadores de telefonia celular que não é boa, segundo consta no PPP da escola. A ausência de um projeto de educação escolar público no meio rural gerou diferenças sociais, econômicas e culturais, que contribuíram para a uma sociedade desigual. Souza (2012, p. 159) afirma que “em muitas dessas comunidades onde estão situadas essas escolas, nem sequer chegou a energia elétrica, a água encanada, tampouco a implantação das novas tecnologias de informação e comunicação”.

Em geral, a tecnologia é um desafio para docentes e sua adesão aos recursos tecnológicos é de extrema importância para atrair a atenção dos alunos e assim alcançar o objetivo esperado. Para Moran (2007, p.164) “as tecnologias são pontes que abrem a sala de aula para o mundo, que representam, mediam o nosso conhecimento do mundo.”.

Os alunos que procuram a modalidade de ensino (EJA) são jovens e adultos que vem sendo excluído das instituições de ensino por diversos motivos, seja pela situação financeira ou impossibilidade de acesso a escolas, como aqueles que moram na zona rural que o acesso à escola fica restrito.

A educação de jovens e adultos é toda educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que a tiveram de forma insuficiente, não conseguindo alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos necessários (PAIVA, 1973, p. 16)

Na maior parte dos casos, os educandos que procuram a EJA para continuar seus estudos são pessoas da classe trabalhadora, que sobrevivem de subemprego ou estão desempregados. Porém, acontecem casos de alunos já estarem inseridos no mercado de trabalho e almejam uma promoção ou aqueles que sonham em formar no ensino médio e concluir uma faculdade.

Veiga apoia estas falas quando afirma que,

[...]a aprendizagem escolar dá-se por isso, no quadro de um intersubjetividade específica, que supões sujeitos diferenciados à busca de se entender sobre si mesmo e sobre seus mundos e que desde suas interações desiguais, progridem na direção da relação política, em que se constituem em cidadãos-sujeitos singularizados capazes de conduzirem-se com autonomia exigida por suas responsabilidades[...] (VEIGA,1992, p 149).

Os saberes que os alunos do EJA trazem consigo estão ligados diretamente, com suas práticas sociais que podem ser aproveitadas para nortear os conhecimentos diários e também os aprendidos na escola. Portanto, a sala de aula se torna um ambiente de troca de experiências, entre eles e os educadores, tornando a sala de aula um lugar agradável.

### **Considerações finais**

Diante do que fora apresentado é possível dizer que a emancipação humana se refere ao uso da razão aos interesses coletivos, transcendendo a individualidade, tendo ainda que, às vezes, superar as determinações impostas pelo Estado. A educação precisa ser resistência, para capaz de superar as críticas e formar pessoas autônomas, representando uma tarefa propriamente educativa. A inclusão do excluído e oprimido, se faz necessária, criando condições para que alcançar, a humanização difundida por Freire.

A visão emancipadora do homem precisa tornar-se prática pedagógica. Isto é, as escolas

precisam formar indivíduos em sua integralidade, não considerando ser suficiente apenas os conteúdos expressos pelos currículos, mas preparar os estudantes para a vida.

Observa-se no Brasil, que muitos jovens e adultos continuam nas escolas, sem aprender, ou ainda, aprendendo, mas não sabendo o que fazer com aquilo que estão estudando em seu processo de escolarização. Por isso é muito importante que haja uma ressignificação mais efetiva dos currículos.

A Escola Municipal Tancredo Neves, situada no Município de Confresa, foi criada para atender parte dessas pessoas marginalizadas pela sociedade, que precisavam trabalhar e abriram mão de uma formação mínima para poderem garantir o sustento de suas famílias. Assim, ainda é mais do que necessário uma concepção popular de educação, comprometida com a construção de uma sociedade vinculada aos interesses e a emancipação das classes populares.

A distância, o cansaço, as atividades rurais, nada disso tem impedido que os alunos participem das aulas. Contudo, será necessária uma análise mais precisa acerca do que está sendo ensinado e aprendido, questionando se este ensino está voltado para a emancipação ou para a perpetuação da condição em que esta comunidade vive hoje. Sonhos e expectativas, verificou-se, através da pesquisa de campo, que os alunos têm.

É preciso observar como as políticas educacionais estão sendo aplicadas, observando se interferem apenas dentro das escolas ou se estão produzindo efeitos que perpassem suas estruturas físicas, fomentando a transformação das vidas dos alunos, emancipando-os e, conseqüentemente, emancipando a sociedade.

### **Referências bibliográficas**

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 3. ed. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e sua Concha**: Ensaio sobre a Nova Morfologia do Trabalho, Ed. Boitempo, São Paulo. 2003

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 17, n. spe1, Aug. 2011.

BOURDIEU, P. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984

BRANDÃO, Carlos. **O que é método Paulo Freire**. 01 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 16 de julho de 1934.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

DI PIERRO, Maria Clara; GRACIANO, Mariângela. **A educação de jovens e adultos no Brasil: informe apresentado à Oficina Regional da UNESCO para a América Latina e Caribe**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Juventude, trabalho e educação no Brasil: Perplexidades, desafios e perspectivas**. In: NOVAES, R e Vanuchi, P. (orgs). *Juventude e sociedade - trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FRERES, H. A. F.; RABELO, J.; MENDES SEGUNDO, M. D. **O papel da educação na sociedade capitalista: Uma análise onto-histórica**. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/15819451-O-papel-da-educacao-na-sociedade-capitalista-uma-analise-onto-historica-1.html>>. Acesso em: 11 de ago. 2020.

FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final do século**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FRIGOTTO, G. Reformas educativas e o retrocesso democrático no Brasil durante os anos 90. In: LINHARES, C. (Org.). **Os professores e a reinvenção da escola: Brasil e Espanha**. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Ed. Cortez, 2010

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Juventude, trabalho e educação no Brasil: Perplexidades, desafios e perspectivas**. In: NOVAES, R e Vanuchi, P. (orgs). *Juventude e sociedade - trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

FURTADO, Eliane Dayse Pontes. Estudo sobre a população rural no Brasil. In: **Educación para la población rural en Brasil, Chile, Colombia, Honduras, México, Paraguai y Perú**. Santiago: UNESCO; FAO, 2004.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira; MACIEL, Antônio Carlos; FRANÇA, Rosângela de Fátima Cavalcante; FERRAZZO, Gedeli. O Trabalho Como Princípio Educativo: A Atualidade da Educação Politécnica. **Revista EXITUS**, Volume 04, Número 01 Jan/Jun. 2014.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Diretrizes de política nacional de educação de jovens e adultos**: São Paulo: CEDI, Ação Educativa, 2000.

HOUAISS. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia**. 10a. Edição. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

KANT, Immanuel. Resposta à Pergunta: que é o Iluminismo?. In: \_\_\_\_\_. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2009.

LIBÂNIO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Universidade Federal de Goiás. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 1, p. 13-28. São Paulo, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; Traduções de José Carvalho Bruni (et. al.). 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MELO NETO, José Francisco. **Extensão Universitária, Autogestão e Educação Popular**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

MORAN, José Manuel. **Desafios na Comunicação Pessoal**. 3ª Ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

MOREIRA, A. F. B. (Org.). A formação de professores na universidade e a qualidade da escola fundamental. In:\_\_\_\_\_. **Conhecimento educacional e formação de professor: questões atuais**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

PAIVA, V. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola 1973.

PEREIRA, Ana Maria. Informação, globalização e educação: desafios de uma nova era. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 6, n. 2, p. 91-8, jul./dez. 2001

RIBEIRO, V. M. M. **Educação para Jovens e Adultos: Ensino Fundamental: Proposta curricular-1º segmento**. 2001.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica: Primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2005

SAVIANI, Dermeval e DUARTE, Newton. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SOARES, Leôncio José Gomes. **A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais**. Revista *Presença Pedagógica*, v. 2, nº 11, Dimensão, set/out 1996.

SOUZA, Elizeu Clementino de. **Educação e ruralidades: memórias e narrativas (auto) biográficas**. EDUFBA, Salvador, 2012.

SOUZA, M. A. **Educação de jovens e adultos**. Curitiba: Ibepx, 2007.

SOUZA, Paulo Natanael Pereira de. **Educação e Desenvolvimento no Brasil**. Integrare Editora, São Paulo

STECANELA, Nilda. **Mulheres e EJA o que elas buscam?** 1. ed. Caxias do Sul: UFRGS, 2011.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Repensando a didática**. 7. ed. Campinas: Papirus, 1992.

VENTURA, J. P. **Educação de jovens e adultos ou educação da classe trabalhadora? Concepções em disputa na contemporaneidade brasileira**. 2008. 301fl. Tese (Doutorado em



Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

ZITKOSKI, J. J. **Paulo Freire e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.